
APELO DE ÉVORA

A favor de um desenvolvimento turístico empenhado em salvaguardar a vitalidade e o carácter das cidades históricas

NÓS, abaixo - assinados, Presidentes de Câmara e representantes eleitos das Cidades Património Mundial, reunidos em Évora, em 20 de Setembro de 1997, no âmbito do 4º. Simpósio Internacional das Cidades Património Mundial e da 3ª. Assembleia Geral da Organização das Cidades Património Mundial:

NA PRESENÇA dos delegados da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), da Organização Mundial de Turismo (OMT), do Banco Mundial, do Conselho da Europa e do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS);

AFIRMAMOS que o turismo, conquista social eminente do século XX, é uma actividade promissora para a valorização e desenvolvimento das cidades; que esta actividade, porém, pode constituir uma ameaça à salvaguarda da vitalidade e do carácter particular das cidades históricas, assim como da sua identidade cultural, recursos frágeis e não renováveis, se não for exercida com base em objectivos centrados no desenvolvimento de um turismo durável;

CONFIRMAMOS que, prossequindo a missão principal que foi fixada pela Organização das Cidades Património Mundial de contribuir para pôr em prática a Convenção para a Protecção do Património Mundial Cultural e Natural, subscrevemos o conceito de turismo durável, descrito, nomeadamente, na Carta adoptada em Lanzarote em 1985, pelos participantes na Conferência Mundial do Turismo Durável;

APELAMOS SOLENEMENTE às organizações comerciais de transportes, de tempos livres, de turismo e de viagens, aos administradores públicos e privados, às instituições intergovernamentais, aos grupos associativos, enfim, a todos os cidadãos e cidadãs implicados na propriedade e gestão do património histórico urbano e SOLICITAMOS que promovam os seguintes objectivos:

- Que nas cidades, sejam tomadas medidas que assegurem a qualidade de vida e respeitem a identidade cultural dos residentes, harmonizando as relações entre os representantes da indústria do turismo, os turistas e as autoridades locais;
- Que as autoridades regionais e nacionais responsáveis pelas finanças, turismo e património se associem às autoridades municipais, apoiando-as na sua missão de salvaguarda do património histórico urbano e propondo-lhes orientações fiscais e legislativas favoráveis à criação de empregos e ao desenvolvimento turístico;
- Que, apoiando-se nos fundamentos dos trabalhos já realizados pelas organizações dedicadas ao património e ao turismo e nos resultados do presente Simpósio, todos se mobilizem para preparar o Fórum OCPM 2001 que irá reunir os actores do desenvolvimento turístico nas cidades históricas do mundo e cuja agenda abrirá o século XXI ao turismo cultural empenhado em conservar o carácter histórico das cidades para as gerações futuras;
- Que as indústrias, organizações e administrações ligadas às viagens e ao turismo criem um fundo mundial visando a análise do impacto do turismo sobre os monumentos e sítios históricos e se preocupem com os possíveis perigos que a deterioração provocada pelo turismo representa para as Cidades do Património Mundial.

EM CONCORDÂNCIA com o Protocolo de Bergen sobre a Comunicação entre as cidades do Património Mundial, os Presidentes de Câmara sublinham que o turismo é, entre os factores de

desenvolvimento, um sector a promover com prudência. Trata-se de um sector sensível e tributário das condições da paz.

Não é possível haver turismo sem paz duradoura.

Esta é, para os Presidentes de Câmara, a ocasião de militarem por uma cultura de paz nas cidades históricas, em conformidade com a Convenção para a Protecção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado (Haia, 1954) e a Convenção para a Protecção do Património Mundial Cultural e Natural da UNESCO (Paris, 1972).

É este o sentido do Apelo lançado hoje para que cessem as violações a estas Convenções nas Cidades do Património Mundial e em todas as cidades históricas do mundo.

Este texto, adoptado pela 3ª Assembleia Geral da OCPM, foi lido perante o Presidente da República Portuguesa e a população de Évora. Foi assinado, em 20 de Setembro de 1997, pelos representantes das cidades seguintes: (ver p. 264)

Testemunhas da assinatura do APELO DE ÉVORA:

- O representante do Director Geral da UNESCO
- O representante do Secretário - Geral do Conselho da Europa
- O Vice - Presidente do Banco Mundial
- O representante do Secretário - Geral da OMT
- O representante do Instituto de Conservação Getty
- O representante do Getty Grant Program
- O Director Geral da Fundação Aga Khan para a Cultura
- O representante do Secretário Geral do ICOMOS
- O representante do Secretário Geral do ICCROM
- O representante do Secretariado Internacional do Turismo Social (BITS)
- O Secretário - Geral da OCPM